

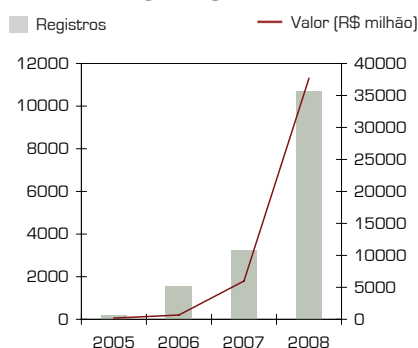
Recursos financeiros

Sucesso dos novos títulos

HÁ CADA dia fica mais evidente o esgotamento da eficácia da tradicional política agrícola brasileira, baseada na institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, por meio da Lei Nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

Até meados dos anos 90, o financiamento do agronegócio brasileiro tinha uma forte dependência de recursos oficiais e o governo exercia grande interferência no mercado, por meio da Política de Preços Mínimos (PGPM). Essa fase culminou com um grande descompasso entre o

Títulos do agronegócio



Fonte: BBM e Cetip

Marcos históricos

- **1967:** a resolução do Conselho Monetário Nacional tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola;
- **1986:** extinção da conta movimento, com limitação dos recursos para o crédito rural à disponibilidade da União;
- **1986:** criação da Poupança Rural. Os bancos oficiais ficaram autorizados a operar com essa fonte de recursos, que se tornou, em 1988, a maior fonte supridora para o crédito rural;
- **1991:** aumento da participação do BNDES no crédito rural por meio da Finape Rural (Agência Especial de Financiamento Industrial – Finape), do Programa de Operações Conjuntas (POC) e do Programa de Operações Diretas do próprio banco. Até então, tradicionalmente, o BNDES esteve voltado para o financiamento de investimentos industriais;
- **1995:** criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- **1996 e 1998,** respectivamente, criação dos Programas de Securitização e de Saneamento de Ativos, que permitiram o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária. Ambos foram necessários pois, nas tentativas de estabilização da economia que se sucederam no Brasil, diversos desencontros entre a correção das dívidas e dos preços mínimos foram muito desfavoráveis aos agropecuaristas;
- **2005:** títulos do agronegócio.

custo do financiamento (indexado) e o preço dos produtos agropecuários.

O resultado foi uma redução da atuação do sistema financeiro no crédito rural em razão do elevado risco da atividade. Paralelamente, o mercado absorvia o conceito de “cadeia produtiva”, exaustivamente divulgado pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), que trouxe uma nova visão do mercado do agronegócio no Brasil.

As entidades financiadoras perceberam que, como são elos interdependentes, as políticas e medidas precisam prever e planejar com foco mais amplo entre os agentes da cadeia.

Nesta década, em 2005, o governo arquitetou uma “nova rodovia financeira no agronegócio”, com títulos destinados ao refinanciamento de recebíveis originados nas relações comerciais entre produtores rurais e empresas que operam no setor, como:

- O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA);
- As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA);
- O Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Com os novos títulos, os fundos de investimentos, que na época tinham uma aplicação de R\$ 600 bilhões, das pessoas físicas, passaram a poder “apostar” no risco de preço de produtos agrícolas e nas oportunidades geradas pelo agronegócio.

Com três anos de vigência e a crise de crédito, os títulos caíram nas graças das *tradings* e ganharam espaço nas carteiras dos agentes financeiros. Seus valores devem bater novo recorde neste ano. A grande vedete é a LCA, emitida pelos bancos e lastreada em CPR, duplicatas e notas promissórias rurais. É uma operação de baixo risco e boa liquidez. Seu custo passa de 2% da taxa Selic, que está em queda. As *tradings* ficam livres de Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e os bancos desobrigados de fazer o depósito compulsório de 25% e de cumprir o Acordo da Basileia, de cobrir 100% do risco. ■